

O DIA 17 DE MAIO E O PAPEL DO SUAS NO COMBATE À LGBTFOBIA NO BRASIL

A LUTA CONTRA A LGBTFOBIA É DE TODAS (OS) NÓS!



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO



O SUAS contra a LGBTfobia

O dia 17 de maio é conhecido mundialmente como o Dia Internacional de Combate a Homofobia. É nessa data que se comemora o momento histórico para o Movimento LGBT, quando no ano de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o termo homossexualismo da lista de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças. A partir deste momento, a homossexualidade perde o seu antigo sufixo “ismo”, o que caracterizava a orientação enquanto doença, deixando de ser considerada um desvio ou uma condição relacionada a alguma forma de patologia. Desde então, o movimento zela e se mantém sempre alerta na utilização do termo “homossexualidade” em detrimento ao termo “homossexualismo”.

Assim, o dia 17 de maio foi declarado o Dia Internacional de Combate à Homofobia, vivenciado como uma data simbólica em que as pessoas de todo o mundo se mobilizam para falar de preconceito e discriminação sobre a perspectiva da equidade, da diversidade e da tolerância, e claro que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não pode deixar de encorpar mais essa luta pelos direitos sociais da nossa população.

Este reconhecimento pelo discurso médico da homossexualidade como sendo mais uma das expressões que compõem o amplo leque de desejos e de diversidade sexual presentes no comportamento humano, parece não ter sido totalmente incorporado pela sociedade e os casos de violência e outras formas de violações de direitos da população LGBT são, não só alarmantes como também estarrecedores, uma vez que em sua maioria tomam contornos de violência simbólica, pautada num ódio irracional.



A LGBTfobia abrange formas de violências mais amplas que aquelas oficialmente tipificadas no código penal brasileiro, representadas em crimes de ódio, ligados não apenas a uma pretensa rejeição irracional a relações homoafetivas, mas a um comportamento perverso de desqualificação da humanidade deste outro, visto como inferior ou como aquele que representa o contrário à normalidade e a heteronormatividade.

Desta forma, vive-se hoje no Brasil, um cenário contraditório, visto que, ao mesmo tempo em que se amplia e conquistam-se direitos que foram historicamente negados para a população LGBT, acompanha-se diariamente denúncias que revelam um crescente quadro de violência e discriminação, revestido de ignorância e ódio, que submetem uma parcela da nossa população a situações diárias de risco e violação de direitos constantes.

É importante destacar que, apesar do dia 17 de maio ser intitulado como o dia de combate a homofobia, o próprio movimento vem problematizando a capacidade do termo em abarcar a multiplicidade de identidades que se somam na luta contra o preconceito a orientação sexual e a identidade de gênero, podendo, assim, ocultar as discriminações e violências cometidas contra Lésbicas, Bissexuais e as Pessoas Trans (travestis, mulheres transexuais e homens transexuais).

Seguindo estes questionamentos, toma-se como parâmetro atualmente para a discussão sobre o tema a deliberação da última Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT*, adotando o uso do termo LGBTfobia, como aquele capaz de traduzir o preconceito e a discriminação ocorrida em virtude da orientação sexual ou da identidade de gênero, alcançando para além da homofobia a lesbofobia, a gayfobia, a bifobia e a transfobia.

*Para mais informações ver o RELATÓRIO FINAL – 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1>



Mas afinal, o que é LGBTfobia?

A LGBTfobia pode ser definida como a rejeição, o medo, o preconceito, a discriminação, a aversão ou o ódio, de conteúdo individual ou coletivo, contra aquelas (es) que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo biológico. Atuando, ainda, como uma forma específica de sexismo, o comportamento LGBTfóbico, hostiliza e rejeita todas (os) aquelas (es) que não se conformam com o papel de gênero predeterminado socioculturalmente para o seu sexo biológico. Trata-se, portanto, de uma construção social que consiste numa permanente promoção de apenas uma forma de sexualidade (heterossexual) e de uma única forma de identidade de gênero (Cisgênero) em detrimento de outras formas de desejo, como o desejo homoafetivo e de outras construções identitárias de gênero, como a trans.

A Política Nacional de Assistência Social se incorpora a esta luta, uma vez que se constitui no arcabouço constitucional brasileiro como um direito social e uma política de proteção social, que visa a garantir essa proteção para quem dela necessitar, sem necessidade de contribuição prévia à provisão dessa proteção. Neste sentido, possui papel fundamental para a garantia e a promoção de direitos para população LGBT, devendo garantir a perspectiva da equidade e da diversidade no desenvolvimento das ações, programas, benefícios, serviços e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Rede de Proteção Social, executada pelas trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, com enorme capilaridade em todo território nacional, encontra-se disponível para toda cidadã ou todo cidadão que dela necessitar, operando no âmbito da garantia de direitos sociais, com especial atenção para aquelas populações que historicamente foram alocadas em espaços sociais de abjeção, seja por questões relacionadas a renda, a orientação sexual, a identidade de gênero, a cor/raça ou à etnicidade, entre outros marcadores que delegam uma enorme parcela da população brasileira a vivência de situações de violência, violações, preconceito e estigmas. Esta vivência pautada em situações de vulnerabilidade e violações aloca estas populações em posições menos favoráveis na balança social e de poder, o que amplia a possibilidade de sofrerem violações de direito, redobrando a atenção da Política Pública de Assistência Social a esses públicos.



Dentro desta perspectiva, visando à proteção social daquelas e daqueles que se encontram em situação de risco e violação, destaca-se o atendimento realizado pela Proteção Social Especial de Média e de Alta complexidade, que atua nos territórios na oferta de trabalho social especializado no SUAS à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, devido a violação de direitos ou a rompimento de vínculos.

De acordo com os dados disponíveis atualmente nos Sistema de Informação da Rede SUAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS realiza cotidianamente atendimento e acompanhamento da população que sofre violações de direitos devido a sua orientação sexual. De acordo com o Censo SUAS 2016, dos 2.521 CREAS que responderam a questão sobre o atendimento de situações de discriminação em decorrência da orientação sexual no âmbito de atuação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, 74,2% dos CREAS confirmaram ter atendido situações de violência e violação de direitos devido à orientação sexual. Em relação ao ciclo de vida destas usuárias e usuários atendidos devido a situações de violência que envolve a questão da orientação sexual, 67% dos CREAS alegaram ter atendido crianças e adolescentes; 60% mulheres adultas; 60% homens adultos e 47% idosos vítimas de discriminação em decorrência de orientação sexual. Este dado demonstra que este serviço vem atendendo de maneira bastante frequente a população LGBT, o que aponta para a importância desta política para a garantia do acesso aos direitos sociais da população LGBT.

Já em relação às Unidades de Acolhimento, de acordo com o Censo SUAS 2015, encontramos 422 pessoas que se identificaram ou foram identificadas como travesti, transexual ou transgênero em situação de acolhimento em 191 Unidades.



Outro destaque importante para a atuação da política de assistência social e a população LGBT se refere à atuação da Proteção Social Básica, no que tange ao acesso a Benefícios socioassistenciais, ao atendimento a famílias e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Vale pontuar que o conceito de família trabalhado no âmbito da assistência social engloba uma pluralidade de formas e tipos de união, alcançando também as famílias homoafetivas.

A PNAS entende que “as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas (...) O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (PNAS, 2013, p.39).

O Trabalho Social com Famílias visa à prevenção de violência e violações de direitos, identificando as vulnerabilidades do público LGBT e buscando fortalecer as potencialidades no sentido de acolher e fortalecer as diversas identidades de gênero e orientações sexuais, buscando, ainda, desconstruir práticas discriminatórias, por meio de campanhas, palestras, grupos e oficinas com famílias e comunidade. É importante que a rede de atendimento incorpore ao trabalho social realizado a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares que frequentemente acompanham a trajetória de vida da população LGBT.





A questão da empregabilidade, ainda se constitui um enorme desafio para população LGBT, principalmente para as pessoas trans, que enfrentam mais precocemente o preconceito, inclusive o institucional, que dificultam o acesso à educação e à qualificação profissional. O Programa Acessuas Trabalho, que tem por objetivo desenvolver ações voltadas para garantia de direitos e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social a partir do acesso a serviços e da inclusão no mundo do trabalho, destaca em seu público prioritário a população LGBT.

Desta forma, ao promover ou oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades e ações voltadas à inserção do público LGBT, com especial atenção para as pessoas trans, no mundo do trabalho, pretende-se assegurar o respeito a seus direitos e a garantia de uma atividade laboral em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.



Mobilize-se

Uma grande mobilização mundial será realizada no dia 17 de Maio em torno da promoção da luta contra a LGBTfobia
Não fique fora dessa!

Veja abaixo algumas sugestões de atividades que podem ser realizadas em seu município/equipamento:

Articulação com movimentos sociais LGBT para realização de Mutirão nos Equipamentos da Assistência Social e na comunidade:

A realização de mutirão ou até mesmo o engajamento como parceiros de uma atividade similar realizada por movimentos sociais LGBT para o dia 17 de maio é uma ótima opção de mobilização da comunidade em relação à temática do combate a LGBTfobia. No mutirão podem ser realizadas atividades como esclarecimentos sobre a rede de atendimento socioassistencial em sua relação com as temáticas LGBT, distribuição de folders, adesivos, colagem de cartazes, avisos em carro de som, performances, entre outras ações.

Produção de murais informativos:

Os murais informativos são ótimas ferramentas de divulgação de informações de ações da rede de proteção social voltadas para a temática LGBT. As (os) usuárias (os) e trabalhadoras (es) podem se informar através dos murais sobre os horários das palestras, atividades de mobilização e outros assuntos da área. A confecção do mural pode ser uma excelente atividade a ser realizada em parceria com a comunidade ou com as lideranças do território, sempre se preocupado em envolver representantes da população LGBT nas ações.



Rodas de Conversa:

As rodas de conversa são importantes espaços de debates, trocas de experiência e sensibilização sobre o tema e se constituem como metodologias de referência para o desenvolvimento do trabalho socioassistencial efetivado através dos serviços continuados. Um boa dica é aproveitar o dia 17 de maio para estimular a discussão sobre a LGBTfobia dentro dos grupos já instituídos nos equipamentos.

Atividades Artísticas e lúdicas:

Atividades como teatro, leitura de histórias que tratem a questão da discriminação, do preconceito, da importância da equidade e do respeito à diversidade. Apresentações artísticas de grupos/artistas LGBT da própria comunidade/território podem ajudar a orientar crianças e adolescentes em relação a essa temática. As atividades podem ser realizadas nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por exemplo. É importante lembrar que a população LGBT possui muitas (os) representantes no segmento artístico, as quais inclusive realizam sua arte com forte engajamento político em torno das questões da população LGBT, que podem ser convidadas para as atividades.

Cineclube:

Excelente atividade para ser desenvolvida com adolescentes e jovens da comunidade/território e aqueles atendidos pelos serviços continuados socioassistenciais, como os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em que utilizando a narrativa cinematográfica é possível promover problematizações, reflexões e sensibilizações sobre a temática da LGBTfobia.

Indicações de Filmes e Documentários

Meu nome é Jaque. 2016. Dir. Angela Zoé

- Documentário: Bichas. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU>

- Milk: A voz da Igualdade. Dir. Gus Van Sant. 2009

- Desejo Proibido. Dir. Anne Heche. 2000. (LGBT)

- Hoje eu não quero voltar sozinho. Direção: Daniel Ribeiro e Diane Almeida (Ficção / Brasil / 2010 / 17 min.) (homossexualidade, deficiência, adolescência) Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbl>

- Flores Raras. Dir. Bruno Barreto. 2013.

- Cuatro Lunas. Direção: Sergio Tovar Velarde. 2016

- Webdocumentário Poptrans. Produzido pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV)



Realização de Palestras, Minicursos e outras atividades de capacitação:

O papel da rede socioassistencial em torno da garantia do acesso sobre os elementos e questões que compõem e conformam a questão social na realidade brasileira é uma importante característica da política de assistência social. Aqui, poderão ser realizadas tanto atividades voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, nas quais poderão ser convidadas (os) militantes, professoras(es), especialistas e outras pessoas de referência do movimento LGBT, quanto atividades de cunho informativo e didático para a comunidade, visando trazer visibilidade as questões que circulam a LGBTfobia.

Indicações de Referências Bibliográficas

- Informativo sobre a utilização do Nome Social para Travestis e Pessoas Transexuais. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Gênero e Sexualidade. Petropolis: Vozes, 2003.

_____. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte; Autêntica, 1999.

SEFFNER, Fernando.CAETANO, Márcio (Orgs). Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2015.

PELÚCIO, L. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

_____. "Mulheres com Algo Mais" – corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. Revista Versões, v. 03, p. 77-93, 2007.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BENEDETTI, M. O que é Transexualidade? Editora Brasiliense. 2008.

_____. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

-BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres/EdUnB, 2009.



Terminologias e Conceitos

Cisgênero: Pessoa que se identifica com o gênero socialmente atribuído ao seu sexo de nascimento.

Gênero: Diz respeito aos papéis sociais executados por homens e por mulheres. Conceito que se preocupa em distinguir a dimensão biológica da dimensão sociocultural de ser um homem ou uma mulher em determinada cultura. Baseia-se no raciocínio de que a maneira de ser homem ou mulher é realizada pela cultura. Assim, adotar uma perspectiva de gênero significa pensar que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos.

Heteronormatividade: Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. O termo é frequentemente utilizado para termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças religiosas ou políticas.

Identidade de Gênero: É a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.



Orientação sexual: Atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

Sexo Biológico: Conjunto de Informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem fêmeas e machos.

Sexismo: Conjunto de estereótipos relacionados à aparência, atos, habilidades, emoções e sobre o papel de gênero considerado como apropriado na sociedade de acordo com o sexo biológico. Apesar de o homem também ser estereotipado, o sexismo reflete com maior frequência preconceitos contra o sexo feminino. A mulher geralmente é apresentada como vítima indefesa, mãe ou sedutora, e o homem, como machão, poderoso ou conquistador.

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino, mas tem uma identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da travesti.

Transexuais: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fator psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo. As Transexuais são as pessoas com o corpo biológico masculino que se identificam com o corpo e com gênero feminino. Já os Homens Trans são aqueles que possuem sexo de nascimento feminino, mas se identificam com o corpo e o gênero masculino.



Elaboração

Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Social Especial
Departamento de Proteção Social Básica

Contribuições

COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À
DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS LGBT - Ministério de Direitos
Humanos

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - Ministério de Direitos Humanos

REDETRANS- Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO**

